

ATA NÚMERO 26 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO REALIZADA AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZANOVE.-----

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove nesta vila, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, pelas dez horas realizou-se a reunião Extraordinária número 26 da Câmara Municipal das Lajes do Pico, sob a presidência do senhor Presidente da Câmara Roberto Manuel Medeiros da Silva e estando presentes os senhores Vereadores Nelson Fernando Vargas Macedo, Isabel Cristina da Costa Nunes, Miguel Ângelo de Melo Machado e Hugo Miguel Domingos Ávila Goulart.-----

Ausente da reunião esteve a senhora Vereadora Isabel Cristina da Costa Nunes, por se encontrar fora da Ilha em representação do Município. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Albino Manuel André Roque. -----

Sendo a hora designada e verificado o quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

ORDEM DO DIA

1. Alteração Orçamental Nº. 10 e modificação às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR) Nº. 9 - para ratificação;-----

Foi presente à reunião a Alteração Orçamental n.º10 e Alteração às Grandes Opções do Plano – (PPI e AMR) n.º 9, a qual foi objeto de despacho autorizador do senhor Presidente da Câmara datado de vinte e oito de outubro do corrente ano. -----

O Executivo tomou conhecimento e deliberou por unanimidade a ratificação da Alteração Orçamental em apreciação.-----

2. Proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2020 - para deliberação;-----

Foi presente à reunião a proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2020, documentos que foram previamente distribuídos pelos senhores vereadores

de forma a habilitá-los à decisão e que aqui se dão por integralmente reproduzidos, para todos os devidos e legais efeitos e que são compostos por: -----

Relatório de apresentação e fundamentação da Política Orçamental da Autarquia; -----

Proposta de Orçamento para o ano de 2020; -----

Plano de Atividades para o ano de 2020 e seguintes; -----

Mapas dos encargos anuais a satisfazer com a liquidação de empréstimos no período de 2020 a 2025; -----

Regras orçamentais para o ano 2020; -----

A proposta de Orçamento para o ano de 2020, apresenta um valor global de receita e despesa de **7.885.846,00€** € distribuídos por: -----

- Receitas Correntes ----- 5.378.912,00€

- Receitas de Capital ----- 2.506.934,00€

- Despesas Correntes ----- 4.176.048,00€

- Despesas de Capital ----- 3.709.798,00€

O executivo tomou conhecimento e deliberou por maioria com os votos contra dos senhores Vereadores do Podemos Mais, Miguel Machado e Hugo Goulart, aprovar a Proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2020, Grandes Opções do Plano 2020/2021, Mapa de Pessoal e Regras Orçamentais e demais documentação integrante, e submeter o mesmo à Assembleia Municipal para apreciação e votação. -----

Os senhores Vereadores do Podemos Mais apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

“Nova década. Velhos vícios. Já o denunciámos anteriormente: A persistente incapacidade em lidar com os problemas reais do concelho leva a uma espécie de modo sonhador onde se perde a noção da realidade (e do ridículo). Adicionam-se sonhos aos sonhos já antes (re)anunciados e nunca concretizados, num processo cumulativo que não tem qualquer efeito nas pessoas porque se tornou um ruído de fundo. Como na Fábula de Pedro e o Lobo, são tantas as propostas/promessas



feitas por este Executivo que acabam por ter um efeito paradoxal, o reforço da desconfiança humana.-----

Sabemos que o delírio atinge níveis preocupantes quando se decide anunciar a construção de um novo Auditório Municipal. Não recuperar o existente, mas antes um novo (é um hábito arranjar aparatos novos em vez de manter os existentes). Perturbador não é tanto o anúncio do equipamento em si. É sabermos, uma vez mais, que nunca será realidade. -----

O Plano e Orçamento devia, em teoria, apresentar uma estratégia de ação, séria e exequível, para o desenvolvimento económico e social, apostando em mais e melhor serviço público. Pelo contrário (e uma vez mais), este documento assemelha-se a um plano promocional de uma agência promotora de eventos.-----

As GOP (Grandes Opções do Plano) são um documento fundamental na vida do Município. Nele devem ser vertidas as principais orientações (não todas!) do investimento municipal. Se seleccionarmos das GOP as medidas/obras a executar no próximo ano civil, chegamos ao simpático número de 63 (como critério, seleccionamos apenas obras inauguráveis realizadas através meios autárquicos ou em parceria com as juntas de freguesia). Daria mais de uma inauguração por semana! -----

Agora perguntamos: É lícito, para a conquista/perpetuação do poder, sacrificar a verdade e a própria realidade? Representar e governar os eleitores não é um serviço público que exige o cumprimento integral, ou próximo disso, dos compromissos assumidos? E a ética na ação política? É um comportamento grave, porque afasta as pessoas das urnas, do sistema, provocando nos cidadãos o cansaço e a descrença. -----

Analizando alguns dos principais elementos do orçamento para 2020 notamos, com preocupação, que: -----

1. As despesas com Pessoal cresceram 25% desde o início do mandato, um aumento de custos de 446 mil euros por ano, estando orçamentado para 2020 o valor de 2 milhões e 224 mil euros. -----

2. As receitas obtidas pela CMLP através da venda de bens (Água e Resíduos Sólidos) e através dos impostos (IMI, IUC e IMT), cresceram 32,1% desde o início deste mandato, um aumento de 376 mil euros por ano, estando orçamentado para 2020 o valor de 1 milhão e 548 mil euros. -----

3. As despesas com aquisição de bens e serviços da CMLP, aumentou 34,5% desde o início do mandato, um acréscimo de 452 mil euros, totalizando em 2020 o valor de 1 milhão e 558 mil euros. -----

Em suma, em 2 anos, as despesas correntes e com o pessoal aumentaram 900 mil euros por ano, e os impostos e taxas aplicadas aos munícipes e empresas aumentaram 376 mil euros por ano. -----

Comungamos de algumas das preocupações sociais subjacentes a opções propostas. Contudo, para além de medidas conjunturais, a política social municipal deve ter um carácter estruturante que não está presente neste plano. Foi com o objetivo de estruturar a política social do Município e de promover a articulação das respostas sociais no Concelho, que propusemos a elaboração da Carta Social do Concelho. -----

Os recém-criados Regulamentos Municipais (com um parto arrancado a ferros), para o Desporto e Coletividades, são documentos que requerem afinação, sendo que especialmente aquele que se reporta à subsídio das Coletividades tem contornos excessivamente imprecisos e ambíguos, baseando-se em critérios e fórmulas de classificação de impossível análise objetiva. -----

Uma última observação para o facto desta maioria do PS não querer nem promover, efetivamente, o envolvimento dos cidadãos na vida do Município. Exemplo disso é a persistente negação do direito de acesso a informação e documentação solicitada, que consubstancia uma clara desvalorização da nossa função enquanto vereadores eleitos, e dos direitos que estão consagrados por lei. Esse comportamento merece-nos um forte repúdio e deve ser política e administrativamente sancionado. -----

Assim, este Plano e Orçamento não merece a nossa concordância e tem, por isso, o nosso voto contra. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do art.º57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo senhor Presidente, e por mim, Albino Manuel André Roque, com as funções de secretário, que a elaborei e escrevi. -----

De seguida foi encerrada a reunião eram 11H00. -----



